

Política social e família: desafios colocados aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal

Social policy and the family: challenges faced by social workers
in Brazil and Portugal

Cilene Sebastiana da Conceição Braga*
Maria Inês Martinho Antunes Amaro**

Resumo – Esse artigo parte de reflexões produzidas na pesquisa *Serviço Social e famílias: análise das demandas postas aos assistentes sociais do Brasil e de Portugal*, iniciada em 2017. Países da América Latina e da Europa têm enfrentando uma gama de desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal. O objetivo desse artigo é levantar algumas preocupações de assistentes sociais em vista da redução de direitos sociais. Existe a necessidade de capacitação e de reflexões dos profissionais com as mudanças nos processos de reorganização dos arranjos familiares e com o aumento da desigualdade. Em paralelo, assistiu-se, sob o signo da austeridade, a uma viragem das políticas sociais para modelos mais assistenciais e focalizados.

Palavras-chave: austeridade; assistência social; famílias.

Abstract – This article is based on reflections produced in the research “Social work and families: an analysis of the demands placed on social workers in Brazil and Portugal” started in 2017. Countries in Latin America and Europe have a range of challenges facing the social tensions arising from the neoliberal advance. The purpose of this article is to raise some concerns of social workers about the diminishing social rights. There is a need for training of and reflection by professionals with the changes in the processes of reorganization of family arrangements and increase of inequality. In parallel, austerity was seen as a shift in social policies towards more assistencialized and focused models.

Keywords: austerity; social assistance; families.

*Assistente Social. Doutora em Política Social (UnB). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará. *Correspondência:* Rua Augusto Corrêa, 1 – Guamá, Belém – PA. CEP: 66075-110. Email: <cilenelins@yahoo.com.br>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Professora Auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE. *Correspondência:* Av. das Forças Armadas 36, Lisboa – Portugal. CP: 1649-026. Email: <ines_amaro@iscte-iul.pt>.

Introdução

Nos últimos anos, países da América Latina e Europa têm enfrentando desafios frente às tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal – e que rebatem diretamente no cotidiano das famílias dos trabalhadores. Esse processo teve origem a partir da crise mundial do capitalismo vivida nos anos 1970. A redução de gastos com a seguridade social, o aumento do desemprego, as reduções de empregos formais, entre outros elementos, passaram a fazer parte do cenário mundial e, com isso, intensificaram-se os desafios colocados aos assistentes sociais e às famílias dos trabalhadores.

Portugal como parte da Europa viveu a experiência de uma grande crise capitalista em 2009, que exigiu do Estado um conjunto de mecanismos voltados para a reorganização do grande capital, resultando na redução de direitos sociais e em políticas focalizadas. Portugal é um dos países mais desiguais do espaço da OCDE, só se comparando ao México e à Turquia; segundo Louçã (2016), o ataque à segurança social faz parte das principais preocupações vividas nos últimos anos no país.

Então Portugal viveu um cenário diferente da realidade brasileira, que, por sua vez, nunca havia apresentado um sistema de proteção social até a Constituição de 1988, que assegurou legalmente a proteção na área da saúde, previdência social e assistência social. Além disso, no bojo de um cenário marcado por privatizações, o Brasil passou a fazer parte de um conjunto de medidas voltadas para a transferência de renda aos trabalhadores mais pobres a partir de 1990. Stein (2005) enfatiza que essas ações fazem parte de deliberações direcionadas para os países em situação de pobreza, como Brasil e outros da América Latina. Podemos salientar que essas ações foram criadas como formas de regulação da pobreza em momentos de crise do capitalismo, visando à sua reestruturação e ao atendimento da manutenção do grande capital.

Enquanto Portugal sofria um retrocesso em termos de direitos sociais, o Brasil vivia, na década de 1990 e de forma tardia, a implementação de um conjunto de ações voltadas para a garantia de direitos sociais. É importante lembrar que os governos dos presidentes Lula e Dilma, ao mesmo tempo em que ampliaram e implementaram ações direcionadas a políticas sociais, também atenderam aos interesses do grande capital. Foi um dos momentos do Brasil em que os bancos privados mais lucraram no país. As contradições presentes nesse período foram tão intensas que resultaram também no fortalecimento do neoliberalismo.

Dessa maneira, o que os dois países apresentaram em comum nesse contexto foi uma conjuntura marcada por redução de direitos sociais, promoção e fortalecimento de políticas de austeridade e, também, foco de ações junto às famílias na área da assistência social no Brasil e ação social em Portugal. Esses países apresentaram medidas de austeridade que acarretaram impactos desastrosos na vida da população em várias instâncias, tanto na assistência social, quanto no trabalho, na saúde, entre outros.

Stucler D (2014) salienta a necessidade de os países procurarem outras escolhas para a saída da crise, sem colocar em risco a saúde da população, já que uma das principais medidas e redução com gastos geralmente é na área de saúde. O autor menciona que a redução de gastos na área da saúde para pagamento de dívidas, ao contrário do que é esperado, contribui para o aumento de gastos em função da piora de indicadores da saúde. Não contribuindo para a saída da crise, pelo contrário, a austeridade, para ele, agrava a crise econômica em vez de solucioná-la.

Nos dois países vive-se um processo violento de retirada de direitos também na área do trabalho. Por exemplo, no Brasil, há expansão de formas de trabalho precarizadas e retificadas pelas medidas assumidas pelo governo do Presidente Temer (DRUCK, 2017). Em Portugal não foi diferente, o que Varela e Santa (2017) definem como Estado regulador da precarização da vida: “muito Estado e pouco social”.

No que diz respeito às mudanças nas formas de organização das famílias, verifica-se que nos últimos anos as famílias têm reduzido de tamanho; ademais, houve aumento do envelhecimento populacional, redução da natalidade e aumento do número de famílias mantidas economicamente somente por mulheres. Outra questão é que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho levou o Estado a repensar sua relação com as famílias. Essas mudanças são desafiadoras à profissão tanto no Brasil como em Portugal. A maior preocupação é quanto à responsabilização direcionada às famílias no conjunto das políticas sociais e suas formas de controle, preocupação apresentada por Miotto e Dal Prá (2015).

Esse artigo traz um conjunto de problematizações acerca das medidas de austeridade vividas nos dois países e os reflexos apresentados a famílias de trabalhadores nos últimos anos, como o aumento significativo da desigualdade, conforme destaca Louçã (2016) ao analisar a crise capitalista e as políticas sociais nos últimos anos.

A necessidade de realizar essa investigação envolvendo famílias e o Serviço Social no Brasil e em Portugal foi motivada pela diversidade de estudos na área nos últimos anos, realizados por assistentes sociais dos dois países. Essa proposta tem como objetivo levantar reflexões sobre as demandas postas às famílias de trabalhadores no Brasil e em Portugal diante da ofensiva neoliberal, medidas de austeridade e políticas direcionadas a esse segmento. A necessidade de fazer o recorte no campo da família ocorre em função de

os assistentes sociais historicamente sempre atuarem junto às famílias de trabalhadores, independe de sua particularidade histórica e geográfica.

Crise capitalista e política social: austeridade e responsabilização familiar

As ações voltadas para o fortalecimento do neoliberalismo contribuíram para a responsabilização da família no que tange ao acesso a serviços e benefícios pelos seus membros. Pode-se afirmar, dessa forma, que a privatização dos direitos sociais foi a grande marca do neoliberalismo, assim como a responsabilização e culpabilização de sujeitos e famílias pela sua condição de pobreza e pauperismo.

Para Salvador et al. (2012), essa é mais uma manifestação da crise estrutural do capital. Salienta, também, a forma como o capitalismo buscou superá-la, repassando recursos aos bancos e a instituições financeiras. Para ela, muitas medidas socioeconômicas foram adotadas com direcionamentos específicos para a América Latina.

A ênfase no aumento do consumo, substancialmente por meio de políticas de transferência de renda, vem se constituindo em “modelo de desenvolvimento econômico e indica um horizonte de políticas sociais focalizadas na extrema pobreza, em detrimento de investimentos em políticas sociais universais” (SALVADOR ET AL., 2012, p. 34).

Portugal, segundo Carvalho e Pinto (2015), adotou uma relação moralizadora da pobreza em função da ausência de condições para responder às necessidades do mercado com o aumento do desemprego e com a crise de 2008. Privatizar bens públicos tornou-se sua principal função, assim como construir e fortalecer políticas sociais focadas na pobreza.

Cabe ressaltar que a crise e as mudanças no conjunto de estratégias voltadas para o controle da pobreza não começaram em 2007-2008, mas tiveram início na década de 1970. As crises de 1930, 1970 e, recentemente, a de 2008 foram as que mais tiveram impacto na forma de organização da econômica capitalista mundial, o que chamou a atenção de vários estudiosos. A crise de 2008 teve como base a questão financeira, e a de 1990, a monetária. Gonçalves (2009) salienta que nos anos de 2003 a 2008 a economia brasileira teve um desempenho reduzido em função da sua vulnerabilidade externa, características particulares do modelo neoliberal e das estratégias do Governo Lula.

Faleiros (2001, p. 57) salienta que “vive-se, pois, uma crise de exclusão, de distanciamento social que parecia ser ou estar diminuído pelo progresso, crescimento e pelo Estado de Bem-Estar Social”. Todavia, para o autor, essas mudanças não são homogêneas, mas são diferentes na Europa, nos Estados Unidos e nos países periféricos.

Os Estados Unidos chamavam a atenção pelo fato de ofertarem mais emprego e oferecerem menos proteção social. Na Europa, apesar do desemprego, existe ainda maior proteção social. Nos países periféricos, como o Brasil, a particularidade se dá com menor oferta de emprego, mínima proteção social e transferência de responsabilidades às famílias, conforme salienta Moreno (2000). Segundo o autor, os poderes públicos dirigem às famílias uma forte obrigação moral pelos cuidados dos seus membros.

Cabe destacar que o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza, historicamente, pela informalidade (que diminuiu na gestão do Governo Lula e aumentou consideravelmente nos últimos anos) e precarização das condições e relações de trabalho. É fundamental apresentar esses elementos, já que as famílias atendidas pela assistência social no Brasil fazem parte desse contexto e sobrevivem em função de sua inserção nesse mercado.

A necessidade de se destacar o contexto social, econômico e político dos dois países ocorre em função de se utilizar a perspectiva histórico/estrutural como fundamento analítico e metodológico. Diante disso, salienta-se a importância de situar historicamente o objeto de estudo no contexto da realidade capitalista para conhecer os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e de seus familiares.

Uma das questões que tem chamado atenção nos últimos anos é a forma como as orientações do consenso de Washington e do Banco Mundial têm servido para direcionar as ações de combate à pobreza na América Latina e, também, no Brasil. Nessas abordagens, as famílias pobres se destacam como os grupos focais para atendimento de suas necessidades de sobrevivência por meio do acesso à transferência de renda por parte do Estado, bem como o acesso aos serviços.

Em Portugal, vive-se uma intervenção internacional denominada de Troika – medidas do governo português balizadas pelo FMI, Banco Central europeu e União Europeia para Portugal (CARVALHO; PINTO, 2015). Essas medidas tiveram grandes impactos na área da saúde, colocando a população frente a um conjunto de medidas baseadas na insegurança.

Essas análises servem para apresentar que as famílias não se encontram em crise, mas em processos de mudanças necessárias, de acordo com o surgimento de novas demandas a elas colocadas pela reorganização do Estado capitalista diante das crises econômicas.

Desafios colocados aos assistentes sociais diante da ofensiva neoliberal e às políticas focalizadas na família

A gênese do Serviço Social, tanto em Portugal como no Brasil, sempre esteve associada à atuação junto às famílias e à política social. Por isso, a necessidade de conhecer as principais preocupações dos assistentes sociais junto às famílias, mais especificamente, na área da assistência social.

A demanda posta aos assistentes sociais vem se metamorfoseando a cada dia em função dos novos arranjos familiares. Cabe salientar que a realidade brasileira apresenta mudanças em relação aos países europeus em função de as famílias europeias advirem de experiências de Estado de Bem-Estar.

As relações mantidas entre o Estado e a família apresentam mudanças de acordo com as necessidades de manutenção das relações capitalistas. Todavia, é importante frisar as contradições presentes nessas relações. Ao mesmo tempo em que as intervenções estatais servem para a manutenção das condições de sobrevivência do capital, elas atendem também a interesses dos cidadãos dentro do processo de garantia e acesso aos direitos sociais no capitalismo.

Atualmente, conforme salientam Forti e Guerra (2013), é comum os assistentes sociais buscarem modelos de intervenção, como se todas as realidades fossem iguais e tivéssemos modelos prontos para realizar intervenções. A busca por receitas para serem aplicadas no real tornou-se preocupação no campo do Serviço Social, conforme apontam Marilene Coelho (2013), Valéria Forti e Yolanda Guerra (2013).

As buscas por modelos de intervenção junto a famílias também estão na mesma gama de preocupações. Os trabalhos com famílias no âmbito da assistência social apresentam desafios, de acordo com Mioto (2010). O Serviço Social brasileiro vem atravessando um conjunto de desafios no campo teórico e na construção de análises críticas que contribui para o desvendamento da realidade e que não reproduz modelos de atendimentos calcados no imediatismo, pragmatismo e culpabilização das famílias atendidas. Essa mesma preocupação vem sendo apresentada por autores como Amaro e Branco (2011), que ressaltam a necessidade de os profissionais de Serviço Social ampliarem seus conhecimentos diante do cenário político e econômico em que Portugal se apresenta.

No Brasil, temos a preocupação de que muitos profissionais que atuam no campo da assistência social reproduzam a concepção de família a partir da ótica da proteção e normativas delineadas na Política de Assistência Social (PNAS) e no Sistema Único de Assistência Social (Suas). O fortalecimento de discussões que apresentam a família apenas como proteção mostrava os limites de pensar as famílias sem contradição.

Outra questão que é alvo de preocupação é a forma como os profissionais que atuam na área da assistência social, especificamente no Programa Bolsa Família, se limitam a atuar de forma controladora e punitiva junto a famílias que não cumprem as condicionalidades (CARNELOSSI, 2016). Segundo Carvalho e Pinto (2015), o Serviço Social português também é orientado por políticas sociais cada vez mais seletivas e focalistas, sendo marcado por padrões burocráticos e de controle financeiro dos direitos sociais.

Além disso, chama atenção no Brasil a dificuldade de ultrapassar reflexões para além da cristalização da concepção de matricialidade

colocada à família, conforme pontuada nas normativas institucionais, como fortalecimento do vínculo, sem discutir condições e relações dentro do sistema capitalista de produção. Essas análises se reproduzem no simplismo de responsabilização das famílias por suas condições objetivas de sobre-vivência, sem levar em conta os impactos das medidas econômicas em suas vidas.

Além disso, abordar a família hoje é situá-la no conjunto de mudanças que ela sofre cotidianamente, como, por exemplo: o aumento de mulheres chefes de família; a diminuição do número de famílias compostas por pai, mãe e filhos; diminuição do número de filhos; maior inserção de mulheres no mercado; aumento de filhos que dependem financeiramente dos pais para sobreviver, entre outras. Em Portugal, a principal preocupação é a atuação junto aos idosos, já que é significativo o aumento do número de idosos no país. Dessa forma, as mudanças nos arranjos familiares é um dos elementos que merecem grandes estudos entre os profissionais de Serviço Social. Essa situação leva à necessidade de conhecer as famílias nos seus diversos ângulos e não reproduzir concepções que remetem à existência de família estruturada e desestruturada (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2010).

Uma discussão presente nos estudos de Sarti (2010) é a relação das famílias pobres e sua organização em rede. Por exemplo, a criação dos filhos muitas vezes acaba sendo responsabilidade de um conjunto que envolve a rede de parentesco, não sendo exclusiva da “família”. A autora ressalta que a frequência das rupturas conjugais, uniões instáveis e empregos incertos “desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família” (SARTI, 2010, p. 29). Dessa forma, pensar a família a partir de um único arranjo e parâmetro é impossível, haja vista o fato de a realidade apresentar um conjunto de arranjos familiares.

Mioto (2010) destaca a necessidade do reconhecimento das famílias como espaço altamente complexo que se reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado.

A relação que envolve Estado e sociedade chama atenção em função das contradições vividas nesse campo. De um lado, temos um conjunto de ações que partem das perspectivas nos documentos institucionais de proteção às famílias, mas, de outro lado, também é fortalecido o controle sobre elas por meio de ações tecnicistas calcadas na eficácia e eficiência. As reproduções dessas ações tecnicistas por assistentes sociais acabam desencadeando, nesse processo, a culpabilização das famílias pela sua situação de pobreza.

Questionam-se as concepções teóricas e principais problematizações que compõem o conjunto de estudos realizados no campo do Serviço Social nos últimos anos acerca das famílias no Brasil e em Portugal. Quais os impactos desse processo no conjunto da classe trabalhadora e de seus familiares?

Carvalho (2007) ressalva que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas, processo esse que contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “Apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos” (CARVALHO, 2007, p. 267). A lógica era centrada no indivíduo e no mercado, bem como em sua manutenção financeira por meio dele.

Esping-Andersen e Palier (2010) defendem que é indispensável a combinação entre família, mercado e proteção social. Para eles, deve-se compreender bem os desafios que o Estado de Bem-Estar deve enfrentar, sendo indispensável refletir sobre os objetivos dos regimes de proteção social. Nessa linha de análise, os autores ressaltam que essa combinação é necessária para a manutenção e proteção das famílias; já o mercado subsidia as famílias com os salários e o Estado subsidia por meio da assistência social às famílias. O mercado, assim, já tem uma estrutura orgânica que contribui para a reprodução das péssimas condições de sobrevivência das famílias.

Os autores também ressaltam que as “falhas” advindas da família têm impacto muito significativo junto a membros da família, como idosos e crianças. O grande problema é que o burguês geralmente tem acesso a esses serviços por meio da privatização dos serviços disponíveis no mercado, ao contrário do trabalhador.

Outra questão que merece ser destacada são as redes de solidariedade familiar construídas pela ajuda das avós às mães no cuidado com as crianças. Essas ações são realizadas no sul da Europa, segundo Moreno (2000). Nos países mediterrâneos e latinos, como o Brasil, a família foi e continua sendo colocada e valorizada como um dos meios principais de fonte de socialização. Além disso, é muito intensa sua relação com as redes de parentesco e solidariedade entre seus membros. Estudos como os de Sarti (2007) mostram tais informações.

A família só recorre ao Estado quando não resolve as demandas internamente e não tem condições de recorrer ao mercado pela ausência de recursos, já que os serviços são caros. “*La permanencia de la adhesión a una política familiarista ha abierto paradójicamente un vacío de protección que no cesa de crecer*” (ESPING-ANDERSEN; PALIER, 2010, p. 24).

A família teve papel importante no conjunto de políticas dirigidas pelo Estado. Carvalho (2007) aponta que, nos países centrais, desde o pós-guerra, houve um movimento que “descartou” a família da responsabilidade de efetivação de políticas públicas. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da opção do indivíduo como portador de direitos: “apostava-se que a família seria prescindível, substituível por um Estado protetor dos direitos dos cidadãos” (CARVALHO, 2007, p. 267).

A relação entre Estado capitalista e família se destaca nos estudos sobre política social, na medida em que a família passa a ser alvo de políticas

públicas e nela são efetuadas todas as perspectivas de sucesso de seus membros, na condução de reprodução de valores individualistas e na entrada dos seus membros no mercado de trabalho. No contexto marcado por políticas fragmentadas, focadas na pobreza, no individualismo e nas relações assimétricas no interior das famílias, torna-se necessário construir elementos analíticos importantes para o real atendimento das necessidades das famílias.

Segundo Valduga (2016), os desafios colocados aos assistentes sociais dos dois países são grandes, primeiro porque eles são responsáveis pela formulação, gestão e execução de políticas sociais. Além disso, ambos os países se deparam com condições precarizadas de trabalho e grande número da população sem atendimento em função da ausência de condições para a cobertura dos serviços. Entretanto, enfatizamos que um dos maiores desafios colocados aos profissionais dos dois países é atuar cotidianamente com estigmas, políticas focalizadas e condições de trabalho que reafirmam a assistência social no Brasil e a ação social em Portugal como práticas de caráter assistencialista e não como política pública.

Considerações finais

As medidas de austeridade apresentam impactos desastrosos na vida dos trabalhadores e de seus familiares, tanto no Brasil como na Europa. As formas como elas são organizadas nos dois países são mediadas por organismos internacionais, como Banco Mundial, que criam medidas focadas no “combate à pobreza” e nas incertezas e inseguranças do mercado. A redução de gastos na área social ocasiona prejuízos mais intensos do que os vivenciados nos momentos de “segurança social” e investimentos em políticas sociais, como nos anos gloriosos na Europa e nos anos de 2005 a 2015 no Brasil.

Essas relações têm impactos na vida dos trabalhadores e no cotidiano dos assistentes sociais, que necessitam de constante qualificação para subsidiá-los nos enfrentamentos dos desafios diários diante da redução de direitos sociais. Como afirma Amaro (2012), precisamos refletir sobre o Serviço Social em um novo contexto civilizacional.

Tendo isso em vista, é necessário refletir sobre os desafios postos com as medidas de austeridade no cotidiano dos assistentes sociais e, além disso, realizar constantes indagações sobre as demandas das famílias diante dos impactos ocasionados pela redução dos direitos e da política de privatização defendida nas medidas neoliberais.

Referências

- AMARO, M. I. *Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica, 2012.
- AMARO, I.; BRANCO, F. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 108, 2011.
- CARNELOSSI, B. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética Profissional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, 2016.
- CARVALHO, M. do C. B. de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2007.
- CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 121, 2015.
- COELHO, M. *Imediatividade na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.
- DRUCK, G. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). *O avesso do trabalho*. Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- ESPING-ANDERSEN, G.; PALIER, B. *Los tres grandes retos del Estado del bienestar*. Barcelona: Ariel Ciência Política, 2010.
- FALEIROS, V. de P. Desafios da pesquisa em política social. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 9, jul./dez. 2001.
- FORTI, V.; GUERRA, Y. *Na prática a teoria é outra*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- FREITAS, R. de C. S.; BRAGA, C. D.; BARROS, N. V. Família e serviço social – Algumas reflexões para o debate. In: DUARTE et al. (Org.). *Família e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- GONÇALVES, R. Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil. *Revista Inscrita*, ano VIII, n. XI, maio de 2009.
- LOUÇÃ, F. Crise capitalista e políticas sociais: formas de naturalização dos discursos e das políticas dominantes. In: MARTINS, A.; SANTOS, C. M.; SIMÕES, D. S.; FERREIRA, J.; BRAZ, M. (Org.). *Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.

MIOTO, R. C. T. *Família e assistência social*. In: Seminário Tendências de Políticas Sociais na América Latina: lutas contra-hegemonias e Serviço Social. Brasília: UNB, 2010.

MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. Serviços Sociais e Responsabilização da Família: contradições da política social brasileira. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MORENO, L. *Ciudadanos precarios: la “ultima red” de protección social*. Barcelona: Ariel, 2000.

SALVADOR, E. da S.; BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. (Orgs.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1. 317p .

SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. *Famílias enredadas*. In: ACOSTA, et al. (Org.). *Família, redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

STEIN, R. H. *As políticas de transferência de renda na Europa e América Latina: presentes ou tardias estratégias de proteção social?* Tese de doutorado. Universidade de Brasília/CEPAAC, 2005.

STUCKLER, D. B. S. *A economia desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Editora Bizâncio, 2014.

VALDUGA, T. L. Ação social/assistência social: os desafios do exercício profissional em Portugal e no Brasil. In: MARTINS, A. et al. (Org.). *Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise*. Campinas: Papel Social, 2016.

VARELA, R.; SANTA, R. D. Estado social e precariedade laboral no Portugal pós-revolução (1974-2015). In: NAVARRO, V.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). *O avesso do trabalho IV. Terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2018.39416

Recebido em 30 de junho de 2018.

Aprovado para publicação em 30 de julho de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.